

**28º Relatório da Comissão de Avaliação (CA) do Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo.**

---

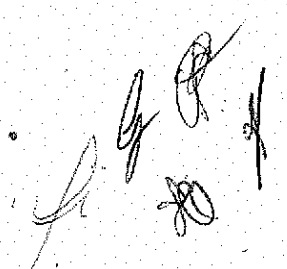
**Período Avaliatório: 01 de Julho de 2012 a 30 de Setembro de 2012.**

## **1. INTRODUÇÃO**

O propósito deste Relatório é avaliar o Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Instituto Elo, verificando o grau de execução dos resultados pactuados no período de 01/07/2012 a 30/09/2012, conforme Sistemática de Avaliação definida no Termo de Parceria.

O Termo de Parceria em questão tem como objeto *“Desenvolver ações relativas à prevenção social da criminalidade e da violência, por meio da implantação, desenvolvimento e consolidação de Centros de Prevenção à Criminalidade - CPCs que:*  
*a) - previnam o ingresso de jovens na criminalidade; b) - realizem o monitoramento de Penas e Medidas Alternativas; c) - promovam, por meio de atendimento psicossocial, a educação e capacitação profissional do Egresso do sistema Penitenciário, objetivando uma efetiva integração social; d) - estabeleçam ações de Mediação; e) - realizem e promovam ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas.”*

Esta avaliação está embasada no art.14 da Lei nº 14.870/2003, e no art. 46 do Decreto nº 46.020/2012, que estabelece a CA é responsável pela análise dos resultados alcançados pela OSCIP em cada período avaliatório estabelecido no Termo de Parceria, com base nos indicadores de resultados constantes do programa de trabalho.



**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

Conforme Resolução SEDS n. 1333, de 03/10/2012 esta comissão é integrada pelos seguintes membros:

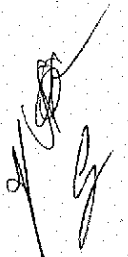
I – Henrique Oliveira Carvalho – MASP 752251-9 pela Secretaria de Estado de Defesa Social;

II – Talles Andrade de Souza – MASP 1202015-2 pela Secretaria de Estado de Defesa Social;

III – Alexandre Guilherme de Araújo Compart CPF: 042.690.446-08,000 pela OSCIP

IV – Gleiber Gomes de Oliveira – CPF: 971.914.346-00, pela OSCIP;

V - Gustavo Henrique Ribeiro dos Santos, MASP 669.754-4, pela SEPLAG.



**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

**2. METODOLOGIA DE ANÁLISE ADOTADA**

Para empreender esta avaliação a CA realizou a análise do Relatório Gerencial encaminhado pela OSCIP em 15/10/2012. Destaca-se que este relatório foi previamente encaminhado pela OSCIP ao supervisor do Termo de Parceria, que efetuou a análise das informações, bem como a conferência das fontes de comprovação.

A avaliação dos resultados foi efetuada conforme Sistemática de Avaliação definida pelo Termo de Parceria e seus respectivos aditivos. Além disso, foi gerada nota e foram feitas recomendações para o próximo período avaliatório.

**3. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES E METAS**

Área Temática	Indicador	Peso	VO	Meta	Realizado	Dias de Atraso	Nota (CD)	Nota x Peso
1	1.1	Número de atendimentos no Programa Mediação de Conflitos	19484	15000	16359	-	10,00	0,80
	1.2	Número de novas penas e medidas alternativas recebidas pelo Programa CEAPA	9937	7700	6621	-	8,60	0,69
	1.3	Número de novos usuários inscritos no Programa PRESP	3321	2580	2386	-	9,25	0,74
	1.4	Número de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	17966	14100	15633	-	10,00	0,80
	1.5	Número de jovens em atendimento no Programa Fica Vivo!	12646	14000	11879	-	8,49	0,68
	1.6	Percentual de solução pacífica de conflitos	0,8425	70	84,34	-	10,00	0,80
	1.7	Percentual de descumprimento das penas e medidas alternativas dos usuários do programa CEAPA	NA	15	6,76	-	10,00	0,80
2	2.1	Percentual de participação dos técnicos e analistas sociais nas capacitações.	98,88	-	-	-	-	-
	2.2	Percentual de participação dos Gestores Sociais nas capacitações	100	90	100	-	10,00	0,40
	2.3	Percentual de participação dos supervisores metodológicos e de gestão social nas capacitações.	93,33	90	100	-	10,00	0,40
	2.4	Percentual de participação de técnicos sociais, analistas sociais, supervisores metodológicos, supervisores de gestão social e gestores sociais na Capacitação Geral	98,88	-	-	-	-	-

Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo

2.5	Percentual de participação de técnicos sociais, analistas sociais, gestores sociais e funcionários da sede administrativa do Instituto Elo, recém contratados, nas capacitações iniciais	2%	100	100	100	100	10,00	0,20
2.6	Percentual de participação dos funcionários do Instituto Elo no processo de avaliação de competências	2%	95,08					
3.1	Número de dias utilizados para reposição de equipe	2%	7,35	8	9	8,75	0,18	
3.2	Número de dias utilizados para ampliação e composição de equipe	2%	NA	30	10	10,00	0,20	
4.1	Número de edições "Prevenção em Rede" publicadas	2%	1	1	1	10,00	0,20	
4.2	Número de reuniões e encontros formativos entre os atores da rede parceira do PETP realizadas	2%	NA	3	0	0,00	0,00	
5.1	Porcentagem de cumprimento do Regulamento de Compras e Contratações pela OSCIP	8%	N/A	100	94,9	8,00	0,64	
5.2	Execução orçamentária	8%	N/A					

DESEMPENHO GERAL NO QUADRO DE INDICADORES

Σ (Nota x Peso) (a)	Σ Peso (b)	Nota (a/b)
7,52	82%	9,17

### 3.1. OBSERVAÇÕES ACERCA DO RESULTADO ALCANÇADO:

#### Indicador 1.1 Número de atendimentos no Programa Mediação de Conflitos

O Instituto Elo informou no Relatório Gerencial de Resultados que a meta para o período era de 15.000 atendimentos no Programa Mediação de Conflitos, sendo esta acumulativa ao longo do ano, e que foram realizados 16.359 atendimentos entre janeiro a setembro de 2012.

A OSCIP ainda ressaltou que, de modo geral, observa-se uma ampliação dos atendimentos neste terceiro trimestre de 2012. No período foi registrada a maior média mensal de atendimentos do ano. Notou ainda que em aproximadamente 70% dos CPCs houve variação positiva.

No caso específico do CPC Barreiro, a equipe técnica e a supervisão metodológica do programa associaram esta ampliação dos atendimentos ao aumento nos encaminhamentos pela rede parceira. Este mesmo aspecto foi citado também pelas equipes técnicas do programa e supervisores metodológicos com relação aos CPCs Jardim Teresópolis e Jardim Felicidade. Para este último, além da ampliação dos encaminhamentos foi apontado o aumento das demandas espontâneas.

Por outro lado, para os casos de variação negativa, no CPC Betim – PTB houve nos últimos meses uma reformulação interna na equipe, o que teria contribuído para a redução dos atendimentos.

Em Governador Valadares a diminuição registrada nos atendimentos individuais, conforme informado pela equipe técnica do programa, seria devida à priorização, neste período, das ações comunitárias. Destaca-se que ações similares a estas, pertencentes aos outros eixos de trabalho do programa, são importantes para a divulgação do mesmo e para alcance de seus objetivos.

A comissão de avaliação entende como importante a avaliação da possibilidade de mensuração das várias ações que o programa realiza para além dos atendimentos, que contribuem substancialmente para ampliação da efetividade do trabalho desenvolvido pelo Programa Mediação de Conflitos.

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

**Indicador 1.2 Número de novas penas e medidas alternativas recebidas pelo  
programa CEAPA**

O Instituto Elo informou no Relatório Gerencial de Resultados que a meta para o período era de 7700 novas penas e medidas alternativas recebidas, sendo esta acumulativa ao longo do ano, e o resultado foi de 6621.

Embora ao longo dos três primeiros trimestres de 2012 tenha havido uma gradual ampliação do recebimento de novas penas e medidas alternativas pelo programa, a comparação dos resultados deste período com os dos anos anteriores revela uma redução.

Como já referido em outros relatórios gerenciais, percebe-se em alguns CPCs a estabilização dos encaminhamentos em nível abaixo do esperado. Belo Horizonte, em especial, teve uma queda significativa nos encaminhamentos. O programa tem realizado um conjunto de ações objetivando mudar este quadro. Um dos pontos associados a esta queda se refere ao aumento, já mencionado nos relatórios gerenciais anteriores, na aplicação de penas pecuniárias por parte do Juizado Especial Criminal (Jecrim), um dos principais órgãos responsáveis pelo encaminhamento ao programa. Como este tipo de pena/medida não é encaminhada à CEAPA para acompanhamento, reduziu-se o volume de novas penas que chegam ao programa neste município. Em reuniões com o Jecrim, tem se discutido a possibilidade de ampliar os encaminhamentos para projetos temáticos, bem como, por meio das varas criminais, viabilizar novos encaminhamentos de casos relativos à Lei Maria da Penha passível de aplicação de Medida Protetiva/Cautelar. Paralelamente, o programa tem proposto parceria ao SEFIPS (Setor de Fiscalização de Penas Substitutivas) para recebimento dos casos relativos ao art. 28 (uso de drogas) e art. 33 (tráfico de drogas), ambos da Lei 11.343/2006. Espera-se que a partir destas ações ocorra um aumento gradativo dos encaminhamentos ao programa no município de Belo Horizonte.

Outros municípios também apresentaram variações, tanto positivas como negativas. Nestes casos, com relação às variações positivas, merecem destaque os CPCs de Uberaba e Montes Claros, que durante o ano de 2011 tiveram desempenho abaixo do esperado. Em 2012, nestes CPCs, houve uma ampliação significativa no nível

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

de encaminhamentos, que seria devida a consolidação das parcerias com o Juizado Especial Criminal Local (Montes Claros) e Justiça Federal (Uberaba). Por outro lado, nos municípios de Santa Luzia, Governador Valadares e Betim, visualiza-se variações negativas.

Em Governador Valadares, este quadro, dentre outros aspectos, está associado à redução esporádica dos encaminhamentos do Juizado Especial Criminal. Como não há nenhum fato relatado pela equipe técnica, nem pela supervisão metodológica do programa que assinala motivações específicas para a redução nos atendimentos, cabe acompanhar melhor, nos próximos meses, para que o programa possa interceder nos fatos concretos que levaria a redução citada.

Em Santa Luzia a queda ainda estaria associada à mudança do Fórum local e Juizado Especial Criminal que reduziu temporariamente o seu expediente, e conseqüentemente, os encaminhamentos para o Programa.

Já em relação ao município de Ipatinga é importante destacar que está ocorrendo uma "normalização" do número de encaminhamentos que estava abaixo do esperado neste ano, por motivos de redução de pessoal no Juizado Especial Criminal (Jecrim) local, e conseqüente redução de audiências.

### **1.3. Número de novos usuários inscritos no Programa PRESP**

O Instituto Elo informou no Relatório Gerencial de Resultados que a meta para o período era de 2580 novos usuários inscritos no programa PRESP, sendo esta acumulativa ao longo do ano e o resultado foi de 2386.

O IELO expõe que não há uma explicação geral que justifique a redução nas inscrições do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional em 2012, mas que as reduções se devem as especificidades de cada município a partir das demandas colocadas para o programa nessas regiões.

Em Belo Horizonte, por exemplo, a OSCIP busca compreender se a redução estaria associada a uma estagnação na demanda, o que poderia indicar que o nível de inscrições do programa não avançará senão através da oferta de outras atividades ou



**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

ações, ou se o nível relativamente baixo comparado com os últimos anos estaria associado a questões outras.

Em Santa Luzia um dificultador que pode ser apontado teria caráter institucional, considerada a não liberação pelo Poder Judiciário local para a assinatura do Livro de Livramento Condicional no CPC do município. Neste caso, a SEDS/CPEC, a partir da renovação do Termo de Cooperação Técnica entre a SEDS/TJMG/MP/DP, buscará intensificar os diálogos com o Poder Judiciário de Santa Luzia visando à transferência do respectivo livro para a sede do CPC Santa Luzia, por meio do qual os egressos intensificarão o acesso ao PRESP.

Em Ipatinga haveria pouca adesão dos representantes da Vara de Execuções Criminais às propostas do programa. Além disso, em análise interna, observa-se uma diminuição das saídas do sistema prisional daqueles usuários que se constituem como público do programa.

Em relação à Uberaba a ampliação nas inscrições estaria associada à adesão do Poder Judiciário local às propostas do programa. Especificamente, neste trimestre, ocorreu um mutirão na Defensoria Pública, que pode ter contribuído para a ampliação no volume de casos inscritos.

#### **1.4. Número atendimentos realizados pelo Programa PRESP**

O Instituto Elo informou no Relatório Gerencial de Resultados que a meta para o período era de 14100 atendimentos realizados, sendo esta acumulativa ao longo do ano, e o resultado foi de 15633.

Este trimestre avaliatório é o primeiro em que este indicador é mensurado no programa de trabalho. Contudo, ele já tem sido acompanhado deste o início do ano. O que se percebe, a partir da análise temporal destes nove meses, é uma certa tendência de ampliação de atendimentos.

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

**1.5. Número de jovens em atendimento no Programa Fica Vivo!**

O Instituto Elo informou no Relatório Gerencial de Resultados que a meta para o período era de 14000 jovens no programa, o resultado foi de 11879 jovens em média que foram atendidos pelo programa Fica Vivo!.

Cabe salientar que a partir do mês de julho deste ano a operacionalização das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! passou a ser realizada pelo Instituto Elo. Mais que simples mudança de entidade gestora, houve mudança na forma de gestão das mesmas. O primeiro ponto merecedor de destaque refere-se ao vínculo proposto para os oficinairos. O IELO celebrou contrato de execução de projetos de oficinas com Microempreendedores Individuais (figura jurídica definida por meio da Resolução 58/2009, atualizada pela Resolução 78/2010, que regulamentou o capítulo da Lei Complementar nº128/08). Destacam-se os principais avanços desta forma de vinculação para operacionalização das oficinas, a saber:

- Contratação dos projetos de oficinas através de edital público permanente, aumentando a transparência e legitimidade ao processo;
- Reestruturação do processo de avaliação, monitoramento e fiscalização da execução das oficinas;
- Padronização dos instrumentos de coleta de dados e treinamento dos agentes de campo para a execução das atividades;
- Gestão financeira integrada à execução financeira do Termo de Parceria o que reduziu os custos administrativos da execução dessa atividade.

Consideradas estas mudanças era esperado um impacto negativo no número de atendimentos no terceiro trimestre, visto que nem todos os oficinairos teriam interesse e possibilidade jurídica de se vincularem como MEI's. Com base em um levantamento informacional empreendido junto aos oficinairos era estimado que cerca de 25% das oficinas, algo em torno de 120 oficinas, seriam desligadas nestes primeiros meses. Isso implicaria na redução de aproximadamente 2400 jovens, tomando como referência uma média de 20 jovens por oficina. Nessa lógica esperava-se ter atualmente algo em torno de 10.000 jovens sendo atendidos nas oficinas.

## Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo

Por meio de grande esforço empreendido pelo Instituto Elo e CPEC esta margem inicial de perda no processo de transição foi diminuída significativamente, sendo registrado no mês de fechamento do trimestre, ou seja, setembro, 555 oficinas em funcionamento, número inferior em apenas 54 unidades ao existente antes da mudança (609). Neste cenário as variações no número de jovens são explicadas, em grande medida, pela variação no número de oficinas. Os casos de variação negativa atípica são aqueles onde houve maior queda no número de oficinas: CPC Santa Lucia (22 oficinas em junho para 17 em setembro), CPC Nova Contagem (26 oficinas em junho para 21 em agosto) e Santa Luzia Palmital (32 oficinas em junho para 27 setembro).

Como as atividades do programa não se esgotam na execução de oficinas, outro ponto que merece destaque, neste período avaliatório, é a realização da VI Olimpíada do Programa Fica Vivo que ocorreu no período de 13/07 a 01/08. Foram realizados os jogos no Parque das Mangabeiras, Colégio Dom Orione, Centro Esportivo Social São Vicente e Estádio Independência. O Instituto Elo, por meio de seu Departamento de Comunicação, realizou a cobertura audiovisual, fotográfica e textual do evento. A criação da *fanpage* do evento em rede social eletrônica foi uma importante forma de divulgação do evento e permitiu uma interação entre os participantes e a equipe da OSCIP. A realização deste evento permitiu um ambiente de interação das equipes técnicas com jovens eicineiros e possibilitou a construção de intervenções efetivas junto a este público.

Importante reiterar que o programa além de contar com a participação deicineiros, responsáveis pelo desempenho das oficinas, potencializa também, por meio do seu corpo técnico, as outras formas de ação, tais como os atendimentos individuais, projetos locais e grupos de jovens, prezando pela qualidade da intervenção com os mesmos.

Planeja-se para ano de 2013 um aprimoramento na mensuração destes avanços.

Por fim, destaca-se que está sendo realizado um planejamento pela Diretoria do programa em parceria com o Instituto Elo, a partir do 4º trimestre deste ano, para a

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

realização de eventos comemorativos é reflexivos ligados à comemoração dos 10 anos do programa Fica Vivo! que ampliaram as intervenções junto aos jovens atendidos.

**Indicador 1.6 Percentual de solução pacífica de conflitos**

O Instituto Elo informou no Relatório Gerencial de Resultados que neste terceiro período avaliatório 83 casos de mediação de conflitos foram encerrados. Destes, 70 chegaram a uma solução pacífica, o que corresponde a 84,34%, sendo a meta para o período de 70% de solução pacífica de conflitos.

Ressalta-se que este também é um indicador que figura pela primeira vez no programa de trabalho. Seu intuito é apresentar, a partir do recorte dos casos finalizados em mediação de conflitos, o percentual daqueles que se finalizam com algum tipo de solução pacífica. Assim, torna-se necessário observar uma série temporal mais longa para se visualizar alguma tendência ou cenário explicativo e interveniente.

**Indicador 1.7 Percentual de descumprimento das penas e medidas alternativas dos usuários do Programa CEAPA**

O Instituto Elo informou no Relatório Gerencial de Resultados que neste período avaliatório o percentual de descumprimento das penas e medidas alternativas recebidas pela CEAPA foi de 6,76%. Considerado que a meta estabelecida para o período é de até 15% de descumprimento, quanto menor melhor, a mesma foi superada.

O percentual de descumprimento de penas e medidas alternativas constitui um indicador intermediário do Programa CEAPA que permite visualizar a capacidade do programa em efetivar o cumprimento das penas e medidas alternativas encaminhadas pelo poder judiciário às CEAPAS nos vários municípios.

Ressalta-se que para clarear a operacionalização deste indicador a Comissão de Avaliação decidiu por destacar como é calculado o número de penas e medidas alternativas acompanhadas no período, a saber: inclui tanto as penas recebidas no trimestre quanto as remanescentes de períodos anteriores que ainda estejam ativas.

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

**2.2. Percentual de participação dos gestores sociais nas capacitações**

A meta para o período era de 90% de participação, sendo que foi alcançado um resultado de 100%.

Neste terceiro período avaliatório ocorreu, como previsto, 01 (uma) capacitação de gestores sociais. A capacitação ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2012, na sede administrativa do Instituto Elo e no hotel Bristol, em Belo Horizonte, MG.

A OSCIP informou que a avaliação da capacitação, pelos gestores, revelou, entre outras coisas, que 87% dos mesmos a consideraram boa ou ótima, 87% que as informações abordadas terão boa ou excelente aplicabilidade e que para 80% dos gestores sociais a capacitação foi uma oportunidade para reformulação de conceitos e pontos de vista.

**2.3. Percentual de participação supervisores metodológicos e de gestão social nas capacitações**

A meta foi superada, pois o resultado alcançado foi de 100% e a meta do período era de 90% de participação.

Neste terceiro período ocorreu, como previsto, 01 (uma) capacitação de supervisores metodológicos e de gestão social. A capacitação ocorreu no dia 14 de agosto, no hotel Bristol, em Belo Horizonte.

A avaliação da capacitação, pelos supervisores metodológicos e da gestão, revelou, entre outras coisas, que 100% dos mesmos a consideraram boa ou ótima, 100% que as informações abordadas terão boa ou excelente aplicabilidade e que também para 100% dos supervisores a capacitação foi uma oportunidade para reformulação de conceitos e pontos de vista.

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

**2.5. Percentual de participação de técnicos sociais, analistas sociais, gestores sociais e funcionários da sede administrativa do Instituto Elo, recém contratados, nas capacitações iniciais**

A meta pactuada para o período era de 100% de participação e o resultado alcançado foi de 100%.

Neste terceiro período avaliatório foram realizadas 05 (cinco) capacitações iniciais em Belo Horizonte. Estas capacitações ocorreram nas seguintes datas: julho (30/07/2012, 12/07/2012 e 30/07/2012- as duas últimas exclusivas para os agentes de campo contratados para atuação em BH e região metropolitana), agosto (27/08/2012) e setembro (24/09/2012).

Neste período também foram realizadas, com os mesmos objetivos, capacitações iniciais nos CPCs de municípios do interior do Estado, de acordo com as contratações realizadas. As capacitações ocorridas no interior tiveram lugar nos CPCs dos municípios de Uberaba (18/07/2012), Governador Valadares (29/08/2012 e 26/07/2012), Ipatinga (24/09/2012 e 25/7/2012), Uberlândia (03/10/2012, 29/08/2012 e 17/07/2012) e Montes Claros (19/07/2012).

**3.1. Número de dias utilizados para reposição de equipe**

A meta para o período era de no máximo 08 dias para a reposição de equipe e o resultado alcançado foi 09 dias.

A OSCIP informou que houve um gasto atípico de dias para as reposições que culminaram nas contratações dos técnicos sociais que iniciaram o trabalho nos dias 18/09/2012 (33 dias), 03/09/2012 (29 dias) e 03/08/2012 (22 dias). Nestes três processos foi necessária a abertura de novo processo seletivo, tendo em vista que os bancos de reservas dos processos seletivos venceram concomitante à efetivação da demanda e por isso não foi possível repor em tempo hábil.

O Instituto Elo expôs que o banco de reservas de funcionários possui a validade de 180 dias. Contudo, colocou que se estuda a possibilidade de aumentar o prazo de validade do mesmo.

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

**3.2. Número de dias utilizados para ampliação e composição de equipe**

A meta para o período avaliatório era de 30 dias para ampliação e composição de equipe. O Instituto Elo empreendeu 02 (duas) contratações para ampliação de equipe, para o cargo de técnico social, tendo sido utilizados 20(vinte) dias no total para estas ampliações. **Em média foram gastos 10 (dez) dias nestas contratações.**

A OSCIP reiterou o elevado e atípico número de contratações de funcionários neste trimestre, tendo em vista, em especial, o início da operacionalização das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! não foram identificados outros fatores dificultadores para o desenvolvimento das atividades inerentes à ampliação e composição de equipe. Também não foram identificados fatores facilitadores.

**4.1. Número de edições “Prevenção em Rede” publicadas**

A meta para o período era de 01 (uma) publicação do informativo “Prevenção em Rede” e este foi publicada no dia 28/09/2012, cumprindo a meta estabelecida.

A OSCIP não identificou fatores facilitadores ou dificultadores para além do substancial montante de atividades desenvolvidas no trimestre pela equipe do Departamento de Comunicação do Instituto Elo.

**Indicador 4.2 Número de reuniões e encontros formativos entre os atores da rede parceira do PETP realizados.**

A meta para o período era de 03 reuniões e encontros formativos que não foram realizados, conforme abaixo explicitado.

A OSCIP justificou que a não realização das reuniões e encontros se configurou diante da apresentação de um risco trabalhista em relação à contratação dos analistas sociais, conforme inicialmente previsto. O Instituto Elo, visando segurança financeira, decidiu por rever a questão em comento, considerando que os técnicos sociais contratados poderiam pleitear equiparação salarial com os analistas sociais, visto que as diferenças das funções destes dois cargos, embora bem definidas, poderiam não ser bem compreendidas. Desta forma, em entendimento comum entre o OEP e a OSCIP

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

optou-se por contratar, ao invés de analistas sociais, Gestores Sociais que serão as referências do Centro de Prevenção à Criminalidade de base estadual.

Considerando que as reuniões e encontros formativos seriam executados pela equipe contratada e que as alterações do processo seletivo provocaram morosidade na contratação da respectiva equipe, tais reuniões e encontros não foram realizados.

Diante do exposto, esta comissão deliberou que o resultado não foi alcançado.

**Indicador 5.1 Porcentagem de cumprimento do Regulamento de Compras e  
Contratações pela OSCIP**

A meta para o período avaliatório era de 100% e o resultado alcançado foi de 94,90%.



4. AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS

Área Temática	Ação	Produtos	Peso	Término		Status	Dias de Atraso	Nota	Nota x Peso
				Previsto	Realizado				
1 Desenvolvimento de produtos técnico-científicos	1.1	Realizar estudo sobre a possibilidade de identificação da redução de vulnerabilidades/ fatores de risco nas áreas de abrangência do programa Mediação de Conflitos	5%						
	1.2	Realizar estudo sobre a reentrada no sistema prisional dos usuários do programa PRESP	10%						
	1.3	Realizar estudo sobre os encaminhamentos dos usuários do programa PRESP para oportunidades de trabalho	5%						
	1.4	Elaborar mapeamento regionalizado da rede de serviços e equipamentos públicos de Minas Gerais cuja atuação se relacione com o enfrentamento ao tráfico de pessoas ou o atendimento/ acolhimento a suas vítimas	10%						

Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo

Área Temática	Ação	Produtos	Peso	Término		Status	Dias de Atraso	Nota	Nota x Peso	
				Previsto	Realizado					
	1.5	Realizar estudo sobre a oferta de espaços e oportunidades de apropriação do espaço urbano por parte dos jovens pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	Estudo sobre as oportunidades de apropriação do espaço urbano por parte dos jovens beneficiários do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! elaborado	10%	30/09/2012	28/09/2012	Executado dentro do prazo	10	1	
	1.6	Desenvolver base de dados para registro e acompanhamento dos atendimentos aos usuários do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PETP	Base de dados para registro e acompanhamento dos atendimentos aos usuários do PETP desenvolvida	5%	30/09/2012	28/09/2012	Executado dentro do prazo	10	0,5	
	1.7	Elaborar Plano de Captação de recursos externos	Plano de Captação de recursos externos elaborado	15%	30/09/2012	28/09/2012	Executado dentro do prazo	10	1,5	
	1.8	Elaborar a metodologia para pesquisa de avaliação dos níveis de satisfação dos usuários dos programas de prevenção à criminalidade PRES P, Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, CEAPA e PETP.	Metodologia para pesquisa de avaliação dos níveis de satisfação dos usuários dos programas de prevenção à criminalidade PRES P, Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, CEAPA e PETP elaborada	15%	-	-	-	-	-	-
	1.9	Elaborar e publicar o Guia Orientador de Redes da Política de Prevenção à Criminalidade	Guia Orientador de Redes da Política de Prevenção à Criminalidade elaborado	5%	-	-	-	-	-	-

Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo

Área Temática	Ação	Produtos	Peso	Término		Status	Dias de Atraso	Nota	Nota x Peso
				Previsto	Realizado				
	1.10	Plano de Comunicação	10%						
2	2.1	Plano de Comunicação da Política de Prevenção elaborado	5%	Reunião de acompanhamento e avaliação da execução das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
3	3.1	Reunião de acompanhamento e avaliação da execução das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! realizada	5%	Capacitação formativa dos analistas sociais do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PETP	30/09/2012	Não executado		0	0

DESEMPENHO GERAL NO QUADRO DE PRODUTOS

Σ (Nota x Peso) (a)	Σ Peso (b)	Nota (a/b)
3,00	35%	8,57

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

**4.1. OBSERVAÇÕES ACERCA DO RESULTADO DOS PRODUTOS:**

**Produto 1.5. Estudo sobre as oportunidades de apropriação do espaço urbano por parte dos jovens beneficiários do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

O prazo definido para a conclusão do desenvolvimento e encaminhamento deste produto à CPEC era setembro de 2012. O Instituto Elo encaminhou em 28/09/12, via ofício, o Estudo sobre as oportunidades de apropriação do espaço urbano por parte dos jovens beneficiários do programa.

A CA discutiu sobre a possibilidade de pensar-se junto a Diretoria do programa, a partir destes levantamentos, a construção de um ou mais indicadores para o próximo Termo Aditivo, que contemplem a apropriação do espaço urbano por parte dos jovens beneficiários promovida pelo programa.

**Produto 1.6 Base de dados para registro e acompanhamento dos atendimentos aos usuários do PETP**

O prazo definido para a conclusão do desenvolvimento e encaminhamento deste produto à CPEC era setembro de 2012. Em 28/09/12 o Instituto Elo encaminhou, via ofício, CD com a Base de dados para registro e acompanhamento dos atendimentos aos usuários do PETP à Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade - CPEC. Esta base de dados foi desenvolvida seguindo o processo abaixo sintetizado:

- Reuniões entre Equipe do Instituto Elo e Coordenação do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Elaboração do Formulário de Atendimento;
- Construção da base de dados.

**Produto 1.7. Plano de captação de recursos**

O prazo definido para a conclusão do desenvolvimento e encaminhamento deste produto à CPEC era setembro de 2012. Em 28/09/12 o Instituto Elo encaminhou, via ofício, o Plano de Captação de recursos elaborado à Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade – CPEC. Este Plano foi desenvolvido seguindo o processo abaixo sintetizado:

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

- Estudos preliminares;
- Estruturação do desenvolvimento do Plano;
- Levantamento preliminar de fontes de recursos passíveis de serem acessadas;
- Construção da metodologia de apreensão informacional;
- Execução da metodologia de apreensão informacional;
- Análise dos dados obtidos;
- Construção do Plano de Captação.

Ventilou-se nesta reunião a importância de capacitar às equipes técnicas, a fim de ajudar na elaboração e estruturação dos projetos para assim tornarem-se mais atrativos e padronizados para a apresentação destes a potenciais financiadores/apoiadores.

No tocante a operacionalidade do plano, a OSCIP e a CPEC reunir-se-ão visando a elaboração de planejamento estratégico de projetos e ações que serão desenvolvidos em 2013 e que sejam passíveis de esforço, pela OSCIP, para a captação de recursos

**Produto 3.1. Capacitação formativa dos analistas sociais do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PETP**

O prazo definido para a conclusão do desenvolvimento e encaminhamento deste produto à CPEC era setembro de 2012. Conforme justificado no indicador 4.2, não foi possível a realização da capacitação formativa.

A CA reiterou que o resultado deve ser mantido.

Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo

5. PONTUAÇÃO FINAL

A pontuação apurada na reunião da Comissão de Avaliação, baseada no Relatório Gerencial enviado pela OSCIP, foi de 9,05 conforme cálculo abaixo:

Desempenho Global da OSCIP no Período				
	Nota	Peso	Nota x Peso	Pontuação Global
Quadro de Indicadores e Metas	9,17	80%	7,34	<b>9,05</b>
Quadro de Produtos	8,57	20%	1,71	

Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo

6. QUADRO COMPARATIVO ENTRE DE RECEITAS E DESPESAS PREVISTAS E REALIZADAS

Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS/ MG e a OSCIP Instituto Elo										
28º Relatório Gerencial Financeiro										
Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Despesas Previstas e Realizadas no Período										
	Previsto					Realizado				
	Entrada do Recurso	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	Previsto (-) Realizado
1.1	Receitas									
1.1.1	Repessões Termo de Parceria	5111761			5.111.761,47		5.111.761,47		5.111.761,47	
1.1.2	Previsão de Saldo do TP/TA									
1.1.3	Receita Atrecadada Existência do TP Rendimentos									
1.1.4	Liquidos de Aplicações					48.764,16	41.256,79	48.524,51	136.546,46	(136.546,46)
1.1.5	Outras Receitas						1.396,12		1.396,12	(1.396,12)
1.2	Devoluções					4.541,61	13.004,39	4.356,62	21.902,62	(21.902,62)
	<b>Total do Entradas:</b>	<b>5.111.761,47</b>			<b>5.111.761,47</b>	<b>51.305,77</b>	<b>5.167.418,77</b>	<b>52.881,13</b>	<b>6.271.605,67</b>	<b>(159.844,20)</b>
2	Saida do Recursos									
2.1	Despesas de Pessoal									
2.1.1	Salários	666.549,77	669.713,58	737.253,05	2.073.516,40	483.908,25	490.945,95	506.594,69	1.481.448,89	681.967,51
2.1.2	Estagiários	165.538,00	165.538,00	182.461,50	513.537,50	164.797,00	148.765,00	144.085,00	447.647,00	66.890,50
2.1.3	Autônomos			5.700,00	5.700,00	1.044,00	726,00		1.770,00	3.930,00
2.1.4	Encargos	236.625,43	237.748,59	251.931,90	726.305,92	428.810,35	407.702,09	369.290,81	1.205.803,25	(479.497,39)
2.1.5	Benefícios	210.493,64	211.071,75	229.051,82	650.617,21	184.385,83	172.920,49	174.073,76	531.380,08	119.237,13
	<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>1.279.206,84</b>	<b>1.284.071,92</b>	<b>1.406.398,27</b>	<b>3.969.677,03</b>	<b>1.262.845,43</b>	<b>1.221.059,53</b>	<b>1.194.144,26</b>	<b>3.678.149,22</b>	<b>291.527,81</b>
2.2	Serviços de Pessoa Jurídica	37.364,00	581.603,60	587.603,60	1.206.571,20	22.889,17	484.377,32	498.714,87	1.006.981,36	200.589,84
2.3	Despesas Gerais	47.129,00	43.264,00	43.784,00	134.177,00	52.469,57	49.383,63	37.443,30	139.296,50	(5.119,50)
2.4	Aquisição de Bens Permanentes	13.800,00			13.800,00	5.036,00	6.944,00	13.596,50	25.576,50	(11.776,50)
	<b>Total de Saldos:</b>	<b>1.377.489,84</b>	<b>1.908.939,52</b>	<b>2.037.786,87</b>	<b>5.324.225,23</b>	<b>1.343.340,17</b>	<b>1.761.764,48</b>	<b>1.743.898,93</b>	<b>4.849.003,58</b>	<b>476.221,65</b>

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

**6.1. OBSERVAÇÕES SOBRE AS DESPESAS E RECEITAS INCORRIDAS NO PERÍODO**

Foram solicitados esclarecimentos acerca de alguns gastos do período avaliatório, todos respondidos satisfatoriamente pelo Instituto Elo.

**7. SOBRE O RELATÓRIO DE CHECAGEM AMOSTRAL**

O supervisor apresentou o Relatório de Checagem Amostral devidamente impresso e assinado e em conformidade com as disposições dos §4º e §5º do art. 44 do Decreto 46.020/2012. A Reunião de Checagem Amostral ocorreu no dia 11/10/12 com a presença da comissão supervisora do Termo de Parceria – TP seus assessores contábil e jurídico, um representante da SEPLAG e dois servidores da SEDS.

Tendo em vista que foram constatados sete processos irregulares, ou seja, onde se constatou algum tipo de descumprimento ao Regulamento de Compras e Contratações - RCC da própria instituição, a Comissão de Checagem Amostral realizou a Checagem Amostral de Efetividade. Conforme apresentado nos relatórios entregues, o índice de cumprimento do Regulamento de Compras e Contratações (RCC) pela OSCIP foi de 94,9% e a nota atribuída no período avaliatório, de acordo com o “quadro de faixa de execução do índice de cumprimento do RCC”, foi 8 (oito).

A OSCIP questionou sobre um processo de compra que foi considerado irregular pela comissão de checagem amostral, referente ao contrato firmado junto a empresa B&C Produtos de Limpeza e Embalagens Ltda, onde a referida comissão verificou que o contrato firmado não trazia a especificação das quantidades dos produtos contratados, bem como o valor global do instrumento, o que provocaria uma incerteza jurídica.

Por sua vez, o IELO justificou que o fornecimento é realizado de acordo com a demanda da OSCIP e a solicitação é feita mensalmente. Aduz ainda que discriminar as quantidades dos produtos não aumentaria a possibilidade de negociação em escala com o fornecedor, tendo em vista que o volume de compra da instituição é pequeno e pouco atrativo. Portanto, o IELO entende desnecessária a celebração de novo contrato, pois entende que não há vício a ser sanado e nem prejuízos para o Termo de



**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

Parceria. Contudo, a Comissão de Checagem Amostral reiterou que contrato sem valor estimado não há validade jurídica, portanto, se faz necessária à celebração de instrumento jurídico válido, transparente e sem vícios.

**8. RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

**8.1. RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO ANTERIOR**

A Comissão de Avaliação recomendou no 27º Relatório:

1 Que a OSCIP nos próximos Relatórios Gerenciais de Resultado apresente análise mais detida dos números de atendimento dos programas e dos CPC de modo a justificar a variação inferior ou superior à média; **ATENDIDA**

2 Que a OSCIP nos próximos Relatórios Financeiros lance na “Tabela 4 – Demonstrativos dos Recursos Provisionados e Comprometidos no Período” na linha “Aquisições ou serviços a serem adquiridos” somente aqueles itens que ainda serão adquiridos e possuem o recurso comprometido; **ATENDIDA**

3 Que a OSCIP avalie a possibilidade de criação de um formulário de registro da realização de ações de divulgação do programa CEAPA, empreendidas por seus funcionários, junto ao Poder Judiciário; **ATENDIDA**

4 Que a OSCIP registre, nos próximos Relatórios Gerenciais, informações acerca dos resultados das capacitações, através da retomada da “Pesquisa de Satisfação”, de modo a contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento das mesmas; **ATENDIDA**

5 Que o OEP introduza nos ofícios de solicitação de contratação de pessoal, endereçados à OSCIP, previstos no Indicador 3.2 “Composição de nova equipe”, constante no VIII TA, a autorização expressa para posterior contratação, de modo a simplificar o processo, porém, desde que observadas as normas contidas no

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

Regulamento de Compras e Contratações quanto ao Processo Seletivo; **ATENDIDA. O OEP, para fins de comprovação da meta, encaminhará somente um ofício autorizando a contratação, mediante disponibilidade financeira.**

6. Que a OSCIP, nos próximos Relatórios Gerenciais, no detalhamento dos resultados alcançados nas capacitações, não cite o nome dos funcionários participantes ou ausentes. **ATENDIDA**

**8.2. RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO ATUAL**

1. Que a OSCIP elabore um relatório mensal das leituras feitas pelo setor de monitoramento, com apoio da assessoria de gestão estratégica da CPEC, referente aos dados de atendimentos dos programas, para que estas possam ser problematizadas com as equipes técnicas através da supervisão metodológica e da gestão social dos Programas de Prevenção à Criminalidade;

2. Que a OSCIP insira, nos próximos Relatórios Gerenciais, no detalhamento dos resultados alcançados, referente ao indicador 4.1 Número de edições "Prevenção em Rede" publicados, o *link* do site do Instituto Elo onde se encontra publicado o informativo;

3. Que a OSCIP e OEP retomem a recomendação "03" da reunião anterior a partir da diretriz de que o gestor social é o principal representante institucional dos Centros de Prevenção à Criminalidade, de seu município de atuação, competente pela relação com as instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal do respectivo município;

4. Que a OSCIP, considerando que os municípios de Montes Claros, Ipatinga e Governador Valadares são regiões prioritárias na atuação do governo, monitore com maior intensidade os trabalhos das equipes de forma a priorizar o cumprimento das metas;

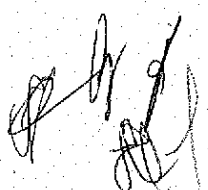
**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

5. Que o OEP disponibilize, em todos os CPCs de base municipal, cópia do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria de Defesa Social, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ministério Público e Defensoria Pública para conhecimento e utilização do instrumento jurídico na articulação de parcerias com as instituições do Sistema de Justiça Criminal de cada localidade;

6. Que a OSCIP verifique a possibilidade do seu departamento de comunicação intensificar as atividades de publicidade, através de mídia impressa, que poderá ser produzida no próximo período avaliatório com recurso financeiro remanescente;

7. Que a OSCIP e o Núcleo de Resolução Pacífica de Conflitos da CPEC, avaliem a possibilidade de mensuração das várias ações que o programa realiza, para além dos atendimentos, que contribuem substancialmente para ampliação da efetividade do trabalho desenvolvido pelo Programa Mediação de Conflitos e, atualmente, não são computados para fins de meta;

8. Que a OSCIP, a partir de alinhamento estratégico com o OEP, elabore plano operacional para iniciar esforços visando a captação de recursos externos capazes de subsidiar ações e projetos previstos no planejamento de 2013.



**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

**9. Sobre os Comprovantes de regularidade trabalhista, previdenciária e Fiscal**

A OSCIP Instituto ELO apresentou o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos com a Receita Estadual, Certidão Negativa de Débitos com a Receita Municipal, todos em dia o que comprova a regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal da entidade no período avaliatório em questão.

**10. Conclusão**

A OSCIP Instituto ELO conforme demonstrado ao longo deste relatório de avaliação obteve os seguintes resultados e conceitos:

PONTUAÇÃO FINAL: 9,05

CONCEITO: Muito bom

Diante desse resultado a Comissão de Avaliação nada tem a se opor à realização do repasse da 2ª parcela de recursos do Termo de Parceria para a OSCIP, observada a legislação pertinente ao Ordenador de Despesas, conforme previsto no Cronograma de Desembolsos do Termo de Parceria, tendo em vista o cumprimento das metas pactuadas no período. O valor efetivo do repasse deverá ser verificado e aprovado pelo Supervisor deste TP, tendo em vista possível saldo remanescente no período.

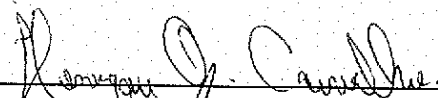
Pelo relatório gerencial financeiro os gastos se apresentam coerentes com as atividades realizadas neste período avaliatório.

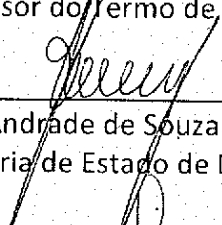
Além disso, a Comissão de Avaliação reitera que a OSCIP é responsável pela adequada utilização de todos os recursos repassados, bem como pela comprovação de todos os gastos realizados e que o Órgão Estatal Parceiro, é responsável exclusivo pela

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**


fiscalização e acompanhamento do Termo de Parceria (art. 42 decreto 46.020/2012),  
devendo comunicar imediatamente a esta Comissão quaisquer irregularidades  
encontradas.

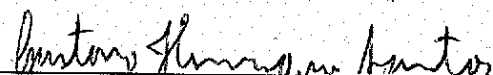
Belo Horizonte, 31 de outubro de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
Henrique Oliveira Carvalho  
Supervisor do Termo de Parceria

  
\_\_\_\_\_  
Talles Andrade de Souza  
Secretaria de Estado de Defesa Social

  
\_\_\_\_\_  
Gleiber Gomes de Oliveira  
Instituto Elo

  
\_\_\_\_\_  
Alexandre Guilherme de Araújo Compart  
Instituto Elo

  
\_\_\_\_\_  
Gustavo Henrique Ribeiro Santos  
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

